

O fiasco do arcabouço fiscal

Rogério L. Furquim Werneck*

Não chegou a durar dois anos. Foi no final de março de 2023 que o governo anunciou o novo arcabouço fiscal, um regime alternativo de gestão das contas públicas que supostamente substituiria com vantagem o teto de gastos. Mas o rearranjo só entrou em vigor de fato cinco meses depois, em 31 de agosto de 2023, quando a legislação pertinente foi afinal sancionada.

Não faltou quem apontasse, desde o primeiro momento, quão precário e mal concebido era o novo regime com que o governo pretendia manter as contas públicas sob controle. E à medida que o arcabouço foi posto em prática, suas óbvias deficiências só exacerbaram as apreensões com a ineficácia, a inconsistência e a fragilidade das novas regras fiscais.

Na semana passada, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias submetido pelo governo ao Congresso foi visto como a última palha no descrédito do arcabouço, por trazer à luz do sol duas constatações alarmantes. O governo não tem ideia de como viabilizar a contenção de despesas e o crescimento fantasioso de receita requeridos para tornar factível as metas pífias de resultado primário que anunciou para os próximos anos. E, pior, só agora se deu conta de que, em 2027, a expansão desmesurada e enrijecida de gastos prevista no arcabouço exigiria uma compressão tão absurda de despesas discricionárias que tornaria o Orçamento inexecutável.

Tamanho descrédito em tão pouco tempo não sairá barato para o Planalto. Esvaiu-se a esperança de que, com jeito, a conversa mole do governo sobre a condução da política fiscal poderia ser esticada até as eleições de outubro do ano que vem.

Em 2014, Dilma Rousseff conseguiu se reeleger porque “fez o diabo” para esconder do País, até a apuração do segundo turno da disputa presidencial, a gravidade da deterioração por que vinha passando o quadro fiscal.

Lula terá menos sorte. Está fadado a atravessar nada menos que 17 meses, até as eleições de outubro, tentando explicar o inexplicável sobre a gestão fiscal desastrosa de seu governo. Terá de esclarecer, por exemplo, como foi mesmo que se permitiu deixar que o endividamento público desse um salto da ordem de 12 pontos percentuais do PIB ao longo de um único mandato presidencial. Uma média de três pontos percentuais do PIB por ano de governo.

É fácil perceber que o estrepitoso fiasco do arcabouço, quase um ano e meio antes da disputa presidencial, tornou a reeleição de Lula ainda mais difícil do que já se afigurava. O descontrole das contas públicas deverá ser uma questão central na campanha. O que, de sério e crível, terá o presidente a propor sobre a condução da política fiscal em 2027?

Lula atravessou a campanha presidencial sem nada revelar sobre o que seria a política econômica do seu terceiro governo, caso viesse a ser eleito. “Nós não discutimos política econômica antes de ganhar as eleições. Em primeiro lugar, você tem de ganhar as eleições”. Foi o que declarou com todas as letras à revista *Time*, em maio de 2022.

Mas, com o benefício da visão retropectiva, não é difícil constatar que nunca lhe passou pela cabeça outro plano que não fazer do seu terceiro mandato um governo de arromba, sem nenhuma preocupação com limitação de gastos. Um *gran finale* de suas três passagens pela presidência da República.

É por isso que, mesmo quando nada revelava sobre o que seria a política econômica de seu governo, Lula jamais deixou de externar sua convicção de que regras de contenção fiscal, como teto de gasto e arranjos assemelhados, constituíam estorvos totalmente desnecessários. E de dar como certo que, uma vez eleito, faria o possível para se livrar do teto de gasto. Mas, como isso exigiria extrair do Congresso uma emenda constitucional, seria preciso, pelo menos de início, manter as aparências.

O arcabouço fiscal funcionou como um biombo com o qual o governo tentou dissimular suas reais intenções na gestão das contas públicas. Não passou de um mal disfarçado esquema de expansão fiscal inconsequente. Não chega a ser uma surpresa que já tenha redundado em fiasco em tão pouco tempo.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.